

Ética e psicanálise: o sofrimento do homem moderno e o apelo a uma nova ética

Camila Scheifler Lang¹

RESUMO

O presente artigo aborda questões acerca da temática ética e psicanálise, tratando do sofrimento do homem moderno e do apelo de uma nova ética. Para isso tratou-se de argumentar que, embora a psicanálise não proponha uma nova ética à modernidade, ela favoreceu a análise das questões concernentes a relação do homem com o Bem, exigindo que repensemos os fundamentos éticos do laço social. O inconsciente é tomado como uma produção discursiva que instaura o laço social entre trocas permanentes e que, inclusive, define a humanidade. Assim, compreende-se que repensar o sofrimento humano e o desamparo da humanidade em tempos conflitivos se faz pertinente justamente pelos aspectos psíquicos. A psicanálise, por sua vez, propõe a reflexão, a análise e o pensar a partir das implicações da verdade paradoxal do inconsciente.

Palavras-chave: Ética. Psicanálise. Laço social. Inconsciente. Sofrimento.

1 INTRODUÇÃO

Foucault (2007) assinala que Psicanálise e Etnologia podem ser apresentadas como ciências do inconsciente, embora apresentem distintas características e abordagens. Ambas convergem, no que diz respeito aos domínios epistemo-

¹ Psicóloga e professora, Mestre em Filosofia pela UCS, Especialista em Psicologia Clínica pela UFRGS, Membro provisório do CEPdePA.

lógicos, numa abordagem positiva em direção ao que escapa à consciência do homem. Seus conceitos, métodos e interpretações são aplicáveis a tudo que se refere às produções humanas. A Psicanálise, por sua vez, carrega o advento de um permanente, inesgotável e até mesmo desconcertante princípio de inquietude e de questionamento. Além de provocar um consistente senso de crítica e de contestação, permite-se a tarefa de: “[...] fazer falar por meio da consciência o discurso do inconsciente, avançando fundamentalmente a partir das relações entre representação e a finitude”, tendo como deliberação a interpretação de sentido da dinâmica da resistência ou da barreira, “[...] orientado ao que está aí e se furta ao que inacessivelmente transpõe a representação”. (FOUCAULT, 2007, p. 517-519) Notadamente, a Psicanálise não se propõe como uma “nova ética” ao mundo moderno. A questão da Psicanálise e o abalo provocado estão justamente aprofundadas em algumas conjecturas a respeito das relações do homem com o Bem, exigindo que repensássemos os fundamentos éticos do laço social em uma perspectiva considerável acerca das determinações inconscientes da ação humana. (KEHL, 2002). Dessa maneira, tomamos o inconsciente como uma produção discursiva que, de certo modo, instaura o laço social entre trocas permanentes e produto/produtor do sujeito do desejo, tendo o pesquisador/analista a implicada e complicada tarefa de questionar as certezas e problematizar verdades e saberes totalitários (BUENO, 2002). Nessa perspectiva, o inconsciente passa a caracterizar não só o pensamento simbólico, mas a própria definição da humanidade (LÉVI-STRAUSS, 2012). Assim, “[...] o inconsciente não é uma realidade psíquica que cada um carrega, como se fosse uma propriedade da alma, oculta, ignorada, que se desvela, revela, descobre.” (BUENO, 2002, p. 30). Ele se faz a partir da lógica do discurso, uma lógica que se apresenta paradoxal, pois é o próprio sujeito que produz a verdade que acredita descobrir, é ele quem inventa a verdade na relação com o outro (JERUSALINSKY, 2007). Desse modo, compreende-se que repensar o sofrimento e o desamparo da humanidade em tempos difíceis e até mesmo permanentemente inconstantes se faz necessário, especialmente no que tange aos aspectos psíquicos. E é justamente essa a proposta da Psicanálise - a reflexão, a análise, o pensar a partir das implicações do inconsciente. O presente artigo aborda algumas questões concernentes entre a ética e a psicanálise, consti-

tuindo-se sobretudo como escopo central, a discussão da temática do sofrimento do homem moderno e o apelo a uma nova ética.

2 O SOFRIMENTO DO HOMEM MODERNO E O APELO A UMA NOVA ÉTICA

O “contemporâneo” pensa a cura do sofrimento psíquico na tentativa de eliminação de todo mal-estar, de toda e qualquer angústia de viver. Dessa maneira, sobretudo pelas novas implicações terapêuticas do contemporâneo, passamos a conviver com a ideia de que a todo preço precisamos nos livrar dos: “[...] incômodos efeitos do inconsciente, assim, servir às finalidades de um eu soberano, pragmático, feliz, ajustado às aspirações dos membros da cultura do individualismo e do narcisismo.” (KEHL, 2002, p. 8). Estes fatos são confirmados pela exacerbação constante das terapias exclusivamente medicamentosas, pelo emaranhado de livros, compêndios e eventos de autoajuda, como também pelas novas formas de espiritualidade baseadas em resultados e praticadas com finalidades terrenas muito específicas. Não obstante, poderíamos citar inúmeros fatos sociais: o incremento das redes sociais virtuais, a exposição da vida privada e o advento do corpo, com todo o fascínio que ele carrega na sociedade moderna, seja pela massificação da beleza e da busca pelo *corpo-máquina* ideal, seja pelo incremento das terapias alternativas, rejuvenescedoras, modeladoras, e da incansável tentativa de melhoramento do corpo por meio da ingestão de “*poções mais do que mágicas.*” Sabemos que hoje cresce vertiginosamente a busca por qualidade de vida, por alimentos que possam fornecer a certeza de uma saúde impecável e isso a um tempo quase massificante, ao passo que também industrializamos toda a forma de alimento numa tentativa de facilitação momentânea - tudo isso alicerçado pela promessa de prazer eterno.

Numa tentativa desenfreada e a qualquer preço de gozo, o homem moderno é vitimado pela onda formadora de “deprimidos” ávidos de normalização farmacológica. Assim, conforme Roudinesco, a perspectiva patológica do sujeito passa a ser a própria sociedade; não é apenas o sujeito que está deprimido, mas a sociedade em si que é depressiva. Uma sociedade obcecada pela padronização de

comportamentos e de crenças voltadas para a normatização de atitudes diante dos pretensos padrões de normalidade. Padrões estes dispendiosos demais para a humanidade. (ROUDINESCO, 1999). E sabe-se que também caros em se tratando de investimento de vida.

O sujeito contemporâneo quer ser, ou ainda, precisa ser despojado não apenas da angústia de viver mas, sobretudo, quer ser libertado da responsabilidade de arcar com a angústia de viver. Esse mesmo homem delega à competência de terceiros, especialmente à competência médica ou às intervenções químicas a questão fundamental do destino das pulsões². Desse modo, ele elimina a inquietação que o habita em vez de questionar seu sentido. Não raro, e talvez paradigmático, é que o homem cega a si mesmo e não percebe que por tais motivos a vida se torna vazia e cada vez mais insignificante.

Sabemos que o sentido não é um valor inerente à própria vida, pois: “[...] se a perda do sentido da existência está na origem da depressão, que é o sintoma emergente do mal-estar contemporâneo”; logo, “[...] ele é efeito de uma construção discursiva que confere significado aleatório, ao sem sentido, à precariedade da existência.”(KEHL, 2002, p. 9). Ao tentar ampliar seu domínio simbólico sobre o real, tanto do corpo, da morte, do sexo e do futuro incerto, o homem denuncia a produção de sentido que não é individual mas sim coletiva, e obviamente com seus efeitos inscritos na cultura (KEHL, 2002). Assim, como todo ato de fala só se consuma no endereçamento a um outro, toda produção de sentido, de significação, depende de sua inscrição numa cadeia de interlocuções. Dizer que a vida faz sentido do ponto de vista do vivente significa que existe a possibilidade de esse sentido ser reconhecido pelo Outro, ou pelos outros que o rodeiam. Igualmente, indagamos: quando os sentidos dados pela tradição, pelas religiões, pela transmissão familiar deixam de fazer sentido, o que podemos colocar em seu

2 O objeto da pulsão é aquilo em que, ou por meio de que, a pulsão pode alcançar sua meta. Ele é o elemento mais variável da pulsão e não está originariamente vinculado a ela, sendo-lhe apenas acrescentada em razão de sua aptidão para propiciar a satisfação. A rigor, não é preciso ser um outro objeto externo, pode muito bem ser uma parte de nosso próprio corpo. Ao longo dos diversos destinos que a pulsão conhecerá, o objeto poderá ser substituído por intermináveis outros objetos, e a esse movimento de deslocamento da pulsão caberão os mais significativos papéis (FREUD, 1915, p. 137).

lugar? O que confere sentido a/em nossas vidas? (KEHL, 2002, p. 9). Desde a Antiguidade, muito antes de Freud, quando já havia a interrogação sobre uma atividade psíquica diferente da consciência, ou mais tarde, com Descartes, a partir da ideia de razão e desrazão, abordavam-se noções de inconsciente. Observa-se que a primeira psiquiatria dinâmica acreditava que a consciência era ameaçada por forças destrutivas, originárias de um inconsciente metafísico.

No século XIX, a Filosofia alemã igualmente abordou a ideia de um inconsciente influenciado pela concepção romântica de aspectos noturnos da psiquê. Sobretudo, foi com Freud que surgiu a concepção de um inconsciente dinâmico, psíquico e afetivo. Freud pensava o inconsciente organizado em instâncias próprias: o *eu*, o *isso* e o *supereu*. Certamente, uma ideia de inconsciente que tirou o homem de um estado de alienação, tido como um “animal insensato” e temível, “estranho a si mesmo”, que precisava ser moralmente cuidado. Mas também, ao mesmo tempo, o retira do lugar central do mundo. Se, por um lado, era o senhor absoluto, agora padece dessa ferida narcísica; tido como um sujeito livre, dotado de razão que não é única, e que “vacila no interior de si mesma”. Nesse sentido, parece para Roudinesco que a Psicanálise, por assim entender, foi a única ciência do século XIX que associou a teoria do psiquismo a uma *filosofia de liberdade ou filosofia existencialista*. Nessa visão, o homem passou a ser sujeito de seu destino, de suas escolhas, de suas incertezas e de seus conflitos; mesmo que, e apesar disso, permanentemente faltoso, incompleto, por não poder dominar seu próprio inconsciente. (ROUDINESCO, 1999). Mesmo que Freud tenha se visto tentado a integrar a Psicanálise às ciências da natureza, ele jamais o fez exatamente, porque acabou elaborando um modelo especulativo, aos moldes da Filosofia Metafísica, que denominou de Metapsicologia, em que se inscrevem conceitos como o de inconsciente, pulsões, recalçamento, narcisismo, o eu, o isso. Foi a Metapsicologia³

3 Termo criado por Freud em 1896 numa carta a seu amigo Fliess, a metapsicologia distingue as concepções teóricas psicanalíticas das perspectivas da psicologia clássica. Os modelos propostos na metapsicologia estão para além do observável e referem-se a um conjunto de teorias que define as instâncias do aparelho psíquico: a teoria das pulsões, o recalçamento e a interpretação dos sonhos, entre outros processos. Divide-se nas perspectivas: “dinâmica”, relativa ao conflito psíquico e à composição das forças de origem pulsional; “tópica”, relativa à diferenciação da psique em sistemas ou instâncias com diferentes funções; “econômica”, relativa à distribuição e circulação da energia psíquica ou pulsional. (RAFAELLI, 2007. p. 2-7).

que garantiu à Psicanálise um *status* específico, capaz de opor o *homem trágico*, paradigma da consciência moderna, ao *homem comportamental*, cérebro-máquina imaginado pelos adeptos do cientificismo. A Metapsicologia, portanto, pretende ser uma teoria refutável e falsificável. É nesse sentido que podemos sustentar a ideia de uma Metapsicologia Científica. (LAPLANCHE, 1995). Apresentando o que entendemos por “teoria psicanalítica”, podemos compará-la à dimensão da prática psicanalítica, dividindo-a em uma práxis e uma teoria da técnica psicanalítica. Entende-se que a práxis envolve toda a dimensão Ética da experiência psicanalítica, marcada por uma Ética do Desejo, que difere da Ética Moral. Essa práxis envolve conceitos como “desejo do analista” e “contratransferência”. Segundo Lacan, a Ética é a: “[...] dimensão mais profunda do movimento do pensamento, do trabalho e da técnica analíticos.” (LACAN, 1959-1960, p. 248). Também temos a teoria da técnica, que abrange conceitos como “associação livre”, “resistência”, “transferência”, “interpretação de sonhos e parapraxias”, entre outros. (LACAN, 1959-1960).

3 A PSICANÁLISE E AS FORMAÇÕES SOCIAIS NO CONTEMPORÂNEO

Certamente, é prudente apresentar as relações entre a subjetividade, a Ética e as formações sociais. É numa sociedade marcada pelo resultado do projeto Iluminista que surge a Modernidade, pela nítida visão da autoemancipação de uma humanidade possível. Por sua vez, compreende-se que, paulatinamente, a religião foi orientada para a substituição pela razão e pela ciência, numa espécie de conjunto de valores e ideias pautados pelo racionalismo, individualismo e universalismo. Em se tratando do individualismo, pode-se perceber que houve a ruptura comunitária com antigas concepções de mundo. A inevitável transição para uma nova Ética e Política deu espaço para importantes transformações, com características descentradas e libertas do coletivo, fazendo com que o homem se valesse por si mesmo e não pela outorga estatutal da comunidade. Desse modo, emancipar implicava desprender o homem das malhas do todo social. O universalismo buscava dissolver os particularismos locais e se concretizaria no processo de globalização (ROUANET, 2007). Ora, Giddens assinala porque se entende

que: “[...] a radicalização da modernidade é tão perturbadora, e tão significativa”. E dá providências em ampliar sua conceituação:

Seus traços mais conspícuos — a dissolução do evolucionismo, o desaparecimento da teleologia histórica, o reconhecimento da reflexividade meticulosa, constitutiva, junto com a evaporação da posição privilegiada do Ocidente — nos levam a um novo e inquietante universo de experiência. Se o ‘nós’ aqui ainda se refere primariamente àqueles que vivem no próprio Ocidente — ou, mais precisamente, nos setores industrializados do mundo — é algo cujas implicações são sentidas em toda parte (GIDDENS, 1991, p. 50).

Portanto, entende-se que o dinamismo da modernidade deriva basicamente de três fontes: um que é a separação de tempo e espaço, e de sua recombinação em formas que permitem o “zoneamento” tempo-espaço preciso da vida social; outro que é o processo de desencaixe dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espaço); e, por fim, a ordenação e reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas (*inputs*) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos. Essas três fontes são condições que facilitaram a transição da ordem tradicional para a ordem moderna (GIDDENS, 1991).

Foucault, em seu texto, *O que é o iluminismo*, esclarece que o discurso da Modernidade é: “[...] tudo isso, a filosofia como problematização de uma atualidade e como interrogação para o filósofo dessa atualidade da qual faz parte e em relação à qual tem que se situar, poderia caracterizar a filosofia como discurso da modernidade e sobre a modernidade.” (FOUCAULT, 1994, p. 1). Assim, se na Antiguidade e na Idade Média, o homem considerava verdadeiro o pensar de acordo com o que existe na realidade, nos tempos modernos ele inverte sua postura dizendo que aquilo que pode pensar, poderá realizar. E podendo realizar, por assim compreender, analisa-se que a Modernidade foi construindo um personagem independente, livre das pressões tradicionais. Sobretudo, fazer a pergunta

o que é o sujeito ou o que se entende por sujeito deve levar o investigador a buscar respostas nas duas “[...] figuras da modernidade: a racionalização e a subjetivação” (TOURAINÉ, 1994, p. 218). O saber da Psicanálise, só faz sentido nas modernas sociedades industriais, urbanas, laicas, democráticas. Sociedade em que se produz um sujeito diferente daquele nascido no mundo antigo ou no mundo medieval. Um sujeito até aqui entendido como carente de *ser* e um sujeito centrado no *Eu*. Desse modo, a Psicanálise parece, como mencionado, alvo de permanentes ataques, considerando o fato de que ela conquistou o mundo por meio da “[...] singularidade de uma experiência subjetiva que coloca o inconsciente, a morte e a sexualidade no cerne da alma humana”. (ROUDINESCO, 1999, p. 24) Concerne ao mundo contemporâneo, um mundo eminentemente ágil, massificado e medicalizado, cujos indivíduos aprisionam-se em solidões e carências de identidade, permanecer higiênico, refratário ao desejo, pode significar a decretação da falência do sujeito. “Sujeito que é a um só tempo, livre por sua sexualidade ao mesmo tempo em que é coagido por ela.” (ROUDINESCO, 1999, p. 26). Pois, compreende-se que o inconsciente, as pulsões, a sexualidade, o amor, a agressividade, deslocam o sujeito de uma linearidade impossível, fazendo-o transigir ora aos anseios de sua consciência, ora às forças que habitam as profundezas de sua alma. Restar-nos-ia questionar que sujeito é esse que, desamparado dele mesmo, de suas implicações, fica à deriva envolto primeiro no sofrimento gerado por essa conflitiva sem igual; e que após, fica imerso a uma bruma sem sentido de existir, órfão de filiação simbólica.

4 O SOFRIMENTO DO HOMEM MODERNO

Assim, cabe assinalar que: [...] não é verdade que o deserto induz a contemplação de crepúsculos mórbidos. [...] O deserto se alastra e nele lemos a ameaça absoluta, o poder do negativo, o símbolo do trabalho mortífero dos tempos modernos até seu termo apocalíptico..(LIPOVETSKY, 2005, p. 18).

É importante destacar que um sujeito carente de *ser* não quer dizer carente de Pai, mas sugere que a filiação já não recobre todo o campo simbólico que situa o sujeito. Para a Psicanálise, a expressão *carente de ser* está direcionada para a ideia de

que o que falta ao sujeito *ser* é ser o falo (do Outro). Desse modo, entende-se que essa importante posição de gozo que se perdeu ou, de certo modo, que nunca se teve, é senão uma abstração da teoria. Ora, a posição de objeto de gozo para o Outro (LACAN, 1954-1955, p. 297), encontra-se na mãe: “Ser o falo do/para o Outro equivale a sustentar-se na posição de objeto capaz de obturar a falta no Outro.” E dessa proposição, nos recordamos de outra tão importante quanto: “[...] o desejo do homem é desejo do Outro.” (KEHL, 2002, p. 40). Foucault (1984), paradoxalmente, no que se refere à questão do cuidado ético entre os gregos, questiona “por que essa ‘problematização’, afirmando que “esta é a tarefa de uma história do pensamento por oposição à história dos comportamentos ou das representações.” Trata-se de: “[...] definir as condições nas quais o ser humano ‘problematiza’ o que ele é e o mundo no qual ele vive” - a sua atualidade. (FOUCAULT, 1984, p.14).

Se nas sociedades tradicionais a *falta-a-ser* estava sistematizada pela estabilidade das estruturas simbólicas de parentesco, que conferiam à pessoa um lugar, um nome, um destino, referendados pela comunidade e dificilmente modificados ao longo da vida, nas sociedades democráticas modernas observa-se um homem mais órfão de filiação simbólica e mais carente de autoridade paterna; sobretudo, muito mais carente de *ser*. (KEHL, 2002). Freud investiga a relação entre Filosofia e Psicanálise em 1932, em um texto tido como especial, “Uma questão de *Weltanschauung*”. Nesse escrito, se pergunta se a Psicanálise conduz a uma determinada “visão de mundo”. A posição dele, em sua obra, situa-se em argumentar que a Psicanálise é uma ciência natural, orientada pela *Weltanschauung* científica, não é e nem deve ser um ramo da Filosofia. Ele não coloca em discussão os significados dos conceitos de Ética e de Moral (tidos como sinônimos), pois acata e compreende-os como ditos pela Filosofia. Para ele:

A Weltanschauung é uma construção intelectual que soluciona todos os problemas de nossa existência, uniformemente, com base em uma hipótese superior dominante, a qual, por conseguinte, não deixa nenhuma pergunta sem resposta e na qual tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo [...]. Sendo essa a natureza da *Weltanschauung*, torna-se fácil a resposta, no que diz respeito à psicanálise. Na qualidade de ciência especia-

lizada, ramo da psicologia – psicologia profunda ou psicologia do inconsciente –, ela é praticamente incapaz de construir uma *Weltanschauung*: tem que aceitar uma *Weltanschauung* científica. (FREUD, 1932, p. 155).

Em se tratando da consciência moral e dos comportamentos éticos, um dos mitos conhecidos das mais distintas áreas, e que explica acerca da instauração da Lei, situa-se, também, em talvez ser o único grande mito moderno. Sua força, há muito confirmada, está justamente no fato de implicar todos os membros das sociedades democráticas como co-autores da Lei, como participantes no estabelecimento das relações de poder e na legitimação simbólica da autoridade. Freud, em 1914, publicou “Totem e Tabu” ([1912-1913] fortemente implicado por sua pesquisa antropológica e pela esperança de estabelecer verdades factuais a respeito das origens da civilização. Numa estrutura vertical de poder, o pai protetor e opressor se permitia todos os privilégios, inclusive o gozo de todas as mulheres. Os filhos (e, portanto, irmãos) estavam abaixo do pai e, todos indiferenciados, se submetiam ao mais forte. Ao obedecerem ao pai, eram poupados de sua ira e desse modo protegidos dos perigos entre eles e dos perigos externos. Pela vigência da primitiva lei do pai, não sofriam de desamparo, mas também não tinham direito ao prazer. Um dia, privados do prazer e impedidos pelo pai onipotente do acesso às mulheres, perceberam que juntos eram mais fortes que o pai tirano. Mataram-no e devoraram-no, pondo fim à horda paterna. Em grupo, levaram a cabo o que sozinhos não poderiam fazer e perceberam sua nova arma. A selvageria imposta pelo ato de canibalismo também sobrepôs o modelo invejado e temido de cada um dos membros da associação fraterna. Ao devorá-lo, os filhos, além de estarem identificados com o pai, adquiriam sua força. A comida, o alimento totêmico, entendido como a primeira festa da humanidade, além de ter sido a reprodução de um ato criminoso, foi memorável por apresentar o ponto de partida das organizações sociais, das restrições morais e da religião. (KEHL, 2002, p. 41-42). Ao analisarmos o mito, percebemos a nítida noção de ambivalência, senão pela comemoração de um crime libertador, pela culpa e remorso que se instauram entre os irmãos. Com a morte do pai, eles se dão conta que também amavam esse pai tirano. Eles amavam-no pela possibilidade de proteção oferecida e pelo gozo das delícias de uma submissão irrestrita.

Morto o pai, recai a culpa e a ameaça entre os filhos. Enquanto o pai vivo desfrutava de todas as mulheres, não havia sentido para conflitar entre os irmãos, ao passo que o pai gozante aniquilava o *ser* desejante dos filhos. Com a morte do pai, a possibilidade ameaçadora do gozo se apresenta, pela possibilidade de os filhos serem abusados, esmagados por todos os outros. A partir da morte do pai, com a organização dos irmãos para inventar um modo de barrar o gozo, restaura-se a autoridade simbólica do pai na forma da lei da interdição do incesto. Somente a partir desse tempo cada filho tem o direito de ter acesso a todas as mulheres, menos à mulher do pai. Freud assinala que o tabu do incesto, “[...] é a única interdição comum a todas as formas de civilização.” (KEHL, 2002, p. 41).

Freud afirma ainda que, se há uma proibição, há um desejo ambivalente de cometer o incesto, de matar o próximo. Para ele não há fundamentalmente a necessidade de uma lei que diga: “não cometa o incesto”, se o desejo não fosse de cometê-lo. Diz ele:

[...] deveríamos dar ainda mais importância à nossa tese de que onde existe uma proibição tem de haver um desejo subjacente. Teríamos de supor que o impulso de matar achasse realmente presente no inconsciente e que nem os tabus nem as proibições morais são psicologicamente supérfluos, mas, pelo contrário, explicam-se e justificam-se pela existência de uma atitude ambivalente para o impulso de matar. (FREUD, 1912-1913, p. 82).⁴

A renúncia a todo esse excesso de gozo, do *gozar a qualquer preço*⁵, marca o território da horda indiferenciada das outras formas de organização social. “É a interdição do incesto que torna o gozo impossível e faz dos homens sujeitos, *sujeitos do desejo*, entendendo que o desejo advém da perda do objeto de gozo.” (KEHL, 2002, p. 43). Pois bem, se formos devotos ao mito freudiano, admitire-

⁴ FREUD, Sigmund (1912-1913). Totem e tabu. In: **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p. 82. (Edição Standard Brasileira, 13).

⁵ Termo utilizado por Charles Melman, In: MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço: entrevistas por Jean-Pierre Lebrun**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

mos que para os irmãos esse gozo nunca foi perdido porque nunca foi possível. E se,

O gozo era atribuído à onipotência do pai morto, e torna-se inacessível aos filhos em função do próprio ato que pretendia libertá-los. Articular a perda do gozo e a instauração da Lei que funda a ordem social é o mesmo que dizer que a satisfação da pulsão é mediada pela linguagem, fazendo ressaltar esse fato por efeito da comparação com um tempo fictício em que a mediação pela linguagem era desnecessária – pelo menos para *um*. (KEHL, 2002, p. 43). A relação existente entre a possibilidade da comunicação pela fala e a insubmissão a um tirano é pauta para o cenário em questão, e é pela fala que deixamos de sustentar os discursos tiranos. Sobretudo, é porque os filhos falam entre si que é possível fazer a soma de suas forças, autorizando-se assim a matar o pai. Filhos estes libertos pelo grande presente da voz e da fala, que além de permitir-nos a convivência e a confraternização, nos protagoniza a ponto de fazermos.

Por analogia, a partir do gesto de insubmissão da horda primitiva, que se pôs em atos de palavra, há uma espécie de condenação, especialmente, porque os irmãos estão implicados a falar uns com os outros. Por todo e qualquer argumento, tem-se aqui a ideia de diferença, para contar e contabilizar as diferenças oriundas do momento em que deixam de ser massa indiferenciada de filhos e se constituem como irmãos, sujeitos à diferença e ao conflito. *A posteriori*, criando instâncias de poder em substituição à tirania do tirano. (KEHL, 2002). Desse modo, a Lei que cobra a renúncia do gozo passa, em vez de ser imposta por *Um*, a ser consentida coletivamente, até, paulatinamente, “[...] estabelecer-se como limite inconsciente, portanto simbólico, ao gozo absoluto.” (KEHL, 2002, p. 44). Para Kehl, o mito de *Totem e tabu* insere-se não só pela concepção de apresentar uma ocorrência fora da história e de consequências universais, como por nomear de fato a difícil condição do homem moderno. Sobretudo, “[...] um homem que perde a proteção oferecida por um pai capaz de fazer, da filiação um destino.”

(KEHL, 2002, p. 43). Essa passagem de filho a irmão, de súdito a cidadão, ocorre por meio do luto pelo amparo que o tirano ofereceria em relação à falta-a-ser. Igualmente, o ganho obtido com a liberdade equipara-se ao amparo que o pai, mesmo tirano, proporcionara aos filhos, que protegidos das garras uns dos outros ficavam desprotegidos da crueldade empregada pelo pai protetor-agressor.

Assim, recordando o Discurso sobre a Servidão Voluntária de Boétie: “É o povo que se escraviza, que se decapita, que, podendo escolher entre ser livre e ser escravo, se decide pela falta de liberdade e prefere o jugo, é ele que aceita o seu mal, que o procura por todos os meios.”(BOÉTIE, 1549, documento on-line). Não havia limite para os caprichos e destemperos desse pai tirano que utilizava seu poder mau o quanto desejasse, mas também não havia limite para o desejo desses filhos. Cabe ressaltar ainda que “O poder que um só homem exerce sobre os outros é ilegítimo.” (BOÉTIE, 1549, documento on-line).. Por ser ilegítimo, coercitivo e alienante é que surge o desejo de liberdade. Sobretudo, por entendermos, conforme Boétie: Que mais é preciso para possuir a liberdade do que simplesmente desejá-la? (BOÉTIE, 1549, documento on-line).

5 O APELO A UMA NOVA ÉTICA

Freud reconhece que a leitura e a importância dos tabus estão na sua relação com as proibições morais e convenções sociais, cuja função é regular a relação entre os homens e possibilitar o convívio em sociedade, podendo assim lançar luz sobre a gênese da consciência moral e da conduta ética dos indivíduos.(JUNQUEIRA, 2002, p. 34). Por compreender a relação de regulação de poder, entende-se, a partir dos assinalamentos de Freud, que o pai precisa ser reinventado, na forma de seu Nome, fazendo uma referência simbólica organizadora dos irmãos, vinda de um lugar *fora* do espaço e do tempo presentes.(KEHL, 2002, p. 45).O representante da Lei, o pai simbólico, não é necessariamente o pai biológico de cada um. “Ele é o significante do pacto instituído pelos irmãos livres e desamparados – e livres *porque* desamparados – depois do assassinato do tirano, o pai real da horda primitiva.”.(KEHL, 2002, p. 45).. Para a Psicanálise, para evitar a destruição oriunda da violência pulsional surge o Pai, que protege e é entendido

como um lugar da Lei (simbólica). Esse pai também existe de maneira imaginária, especialmente porque ele detém a verdade sobre quem o filho é; pai este capaz de fazer do filho o herdeiro de uma *identidade*, aplacando a permanente interrogação do sujeito quanto a seu desejo e sua singularidade. Nesse sentido, o sujeito interroga o pai sobre: o que deseja (de mim)?

Kehl assinala que a “alienação ao desejo do Outro é pauta para refletirmos que todo desejo é no limite, desejo de servir a um poder, desejo masoquista de sujeição ao Outro”. Ora, se é a Lei que impõe a mediação do gozo por meio da linguagem, ela institui o desejo. Compreende-se que se a Lei é originada pelo assassinato do pai tirano que tinha o poder e saber sobre os filhos, estaria esse mesmo objeto de desejo nos impulsionando de volta à tirania. No seminário sobre Ética, Lacan (1959-1960) afirma que como a condição do sujeito desejante emerge pelo crime contra o pai, é sempre um desejo criminoso que se encontra no limite do que o sujeito pode saber de si. Para além do limite significante, visualizamos a dimensão plena do masoquismo, do desejo de entregar-se inteiramente como objeto de *gozo* do tirano cujo assassinato lamenta-se sempre. Trata-se aqui do aniquilamento da própria condição desejante do sujeito, a *pulsão de morte*⁶. O sujeito se ergue contra essa tendência aniquiladora da função vital, propositado pelo “duro desejo de desejar”(LACAN, 1959-1960, p. 58), sustenta – entre a sujeição e o crime – ainda que simbolicamente, como um sujeito ético da Psicanálise, especialmente porque suas escolhas não lhe fogem, não tem como não escolher, custe o que custar, o crime. Freud deduz que por trás do horror da humanidade pelo incesto há, na realidade, o desejo de cometê-lo. (JUNQUEIRA, 2002, p. 35).

Na pretensa coletividade dos irmãos, a Lei estava explícita na forma de um tabu imposto ao grupo não como uma Lei que interdita o incesto de forma in-

⁶ O pulsional não só se origina abrindo a possibilidade da construção do aparelho psíquico, arrancando o ser humano da natureza e da “estúpida existência”, mas também como o verdadeiro motor do progresso psicológico: o pulsional também se estabelece como uma dinâmica que não se deixa evacuar e ligar, obstruindo e desestruturando o ego como instância intrapsíquica. Daí a cegueira que caracteriza o pulsional des-ligado e, de modo especial, o mais pulsional da pulsão, que é a pulsão de morte, que não tem outro fim senão a descarga imediata e a busca do idêntico sem reconhecimento de qualquer alteridade, e que termina sempre funcionando como modo de autodestruição ou de morte psíquica do eu. (TERRAZAS, 2002, p. 8).

consciente. No caso do sujeito da Modernidade, uma Lei mantida na forma do recalque está para a neurose assim como uma Lei, tida como tabu, está para a formação social. Salienta Freud que a formação social está inscrita nos códigos explícitos que governam a vida de uma comunidade, “[...] libera o sujeito da necessidade de elaborar uma resposta neurótica para seu conflito”. (KEHL, 2002, p. 45). Esse sujeito pertencente a essa tribo ou comunidade tradicional é tido como menos livre que seus descendentes modernos, mas por outro lado é menos comprometido subjetivamente com as consequências de suas ações. Na culpa neurótica, há o permanente adiamento de uma punição imaginária por um crime que se sabe que praticou, mas é naturalmente ignorado. A diferença das condições que produzem o primitivo ou o neurótico reside no caráter mais ou menos coletivo das decisões e dos atos. Não há por que pensar no assassinato do pai da horda como um crime do ponto de vista dos que o cometeram, pois não há nada, numa suposta “natureza” das relações humanas, que diga que a morte do pai tirano é criminosa. A coletividade, tanto passada como presente, composta pelos agentes sociais, é quem decide pelo caráter criminoso. Entende-se que

do assassinato primitivo legitimado pela comunidade, cuja consumação teria lançado os irmãos no remorso e no temor, à culpa do neurótico que se julga criminoso pelos atos com que ousa afirmar algo de seu desejo, há uma longa passagem efetuada pela humanidade: a passagem das culturas comunitárias às culturas do individualismo. (KEHL, 2002, p. 47) Em *Psicologia de massas e análise do eu*, Freud parece interessado em líderes e o fascínio destes sobre as massas, e em suas profundas análises, retomando “Totem e tabu”, é possível conjecturar sobre as consequências do assassinato do pai, supondo que é possível que um dos irmãos, o mais novo ou o predileto da mãe, tenha se posto, após um tempo, na posição de ‘usurpador’ da autoria coletiva do ato. Este é o protótipo do “indivíduo”, que se acredita soberano e autônomo em sua consciência e sua ação. Destacando-se sobre os outros, sobre a coletividade dos irmãos, esse usurpador é tido como “poeta mítico”, recontando a história das ori-

gens e se colocando, presentemente, no lugar de herói, que, não raro, teria cometido o assassinato libertador sozinho, (KEHL, 2002, p. 47). Especialmente, pensa-se aqui que o protótipo do neurótico moderno ocorre não pela identificação dada uns aos outros na responsabilidade coletiva pelo ato, mas sim pela ideia de um herói usurpador. Sobretudo porque se acredita que sozinho, executa, autor de uma transgressão que só é levada de fato pela cumplicidade de todos que o neurótico se sente culpado. “A culpa tem a medida exata de sua ilusão de individualidade e autonomia.” (KEHL, 2002, p. 47) Sob uma nova visão, as condições objetivas que produziam as comunidades tradicionais, regidas pelas formações sociais estáveis, capazes de dispensar o sujeito de se tornar neurótico, desapareceram com a modernidade: “É o indivíduo neurótico que trata a Psicanálise, e das implicações de sua condição de sujeito separado de uma coletividade protetora.” (KEHL, 2002, p. 48)⁷

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Freud, o ato do assassinato do chefe, talvez repetido insistentemente na sociedade, tenha sido de fato cometido, não somente simbolicamente. A humanidade inicia, assim, por um crime cometido em conjunto, que parece ter possibilitado o surgimento do sentimento de culpa; por conseguinte entende-se que tenham se criado “as organizações sociais, as restrições morais, as religiões”. Sobretudo analisamos que as saídas psíquicas possíveis para o sujeito no que diz respeito a culpa são: o remorso, a negativa, a fuga. E certamente seus desdobramentos são infinitamente analisados quando operamos na clínica.

Portanto, cabe assinalar que ‘descoberto’ por Freud, o complexo de Édipo, no nível do psiquismo individual, tem da mesma forma um papel determinante e estruturante no nível da vida coletiva, no laço social. Certamente, nos é conhecido que não continua sendo necessário que o ato ocorra para que a fantasia se desenvolva, uma vez que a fantasia é inventiva, nutre-se das impressões e das pro-

⁷ KEHL, Maria Rita. Op. cit., 2002, p. 48.

jeções mais inesperadas e é expressão da pulsão e do desejo; isto não impede que a realidade ofereça seu ponto de partida e seu ponto de apoio à sua criação e à sua manifestação (ENRIQUEZ, 2005). A partir das reflexões acerca do sofrimento e do esvaziamento de sentido, da perda das tradições e dos aspectos tidos como “*sagrados*” da racionalidade humana, e se assim entendermos as implicações do complexo de Édipo, bem como do seu desenrolar, poderíamos pensar no apelo a uma nova ética.

REFERÊNCIAS

BUENO, C. M. O.. **Entre-vista**: espaço de construção subjetiva. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

BOÉTIE, É.. Discurso sobre a servidão voluntária (1549). Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/biblioteca/Artigos/servidao_voluntaria.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ENRIQUEZ, E. Psicanálise e ciências sociais. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2 jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v8n2/a01v8n2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FOUCAULT, M. **O que é o iluminismo?** Brasília: UNB, 1994, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/iluminismo.html>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

_____. (1966). **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREUD, S. Totem e tabu. In:_____. **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1990. (Edição Standard Brasileira, 13).

_____. (1932). Uma questão de Weltanschauung: Conferência XXXV. In:_____. **Obras psicológicas completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 155. (Edição Standard Brasileira, 22).

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 2. ed. São Paulo: EDUNESP, 1991. (Biblioteca básica).

GUTIÉRREZ-TERRAZAS, J. **O conceito de pulsão de morte na obra de Freud**. *Ágora*, v. 5, n. 1, jan./jun. 2002, p. 8.

JERUSALINSKY, A. N.; MEZAN, R. Que tipo de ciência é a psicanálise: longe da ortodoxia e do ecletismo. **Revista Percurso**, São Paulo, v. 20, n. 38, 2007, p. 136-137.

JUNQUEIRA, Camila. **Ética e consciência moral na Psicanálise**. São Paulo: Via Lettera: FAPESP, 2006.

_____. **Ética e consciência moral: a teoria, a clínica e o outro**. **Impulso**, Piracicaba, v. 21, n. 52, p. 7-18, jul./dez. 2011.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACAN, J. (1954-1955). **O seminário: livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 297.

_____. (1959-1960). **O seminário: livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LAPLANCHE, J. A psicanálise como anti-hermenêutica. **Psicanalítica**, v. 3, n. 3, 1995, p. 71-86.

LÉVI-STRAUSS, C. A eficácia simbólica. In: _____. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. **A antropologia diante dos problemas do mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**. Barueri, SP: Manole, 2005.

MELMAN, C. **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço: entrevistas por Jean-Pierre Lebrun**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ROUANET, S. P. Mal-estar na modernidade. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 31, n. 1, 2007. p. 9-30

ROUDINESCO, Elisabeth. **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Ethics and Psychoanalysis: the suffering of the modern man and the appeal to a new ethics

Abstract

This article deals with the issues concerning ethics and psychoanalysis, obviously dealing with the suffering of modern man and the call for a new ethics. For this, it was argued that although psychoanalysis does not propose a new ethics to modernity, it has favored the analysis of the questions concerning the relation of man to the Good, demanding that we rethink the ethical foundations of the social bond. The unconscious is taken as a discursive production that establishes the social bond between permanent exchanges and that even defines humanity. Thus, it is understood that rethinking human suffering, the helplessness of humanity in conflicting times becomes pertinent precisely by the psychic aspects and psychoanalysis in turn, proposes reflection, analysis and thinking from the implications of the paradoxical truth of the unconscious.

Keywords: Ethics. Psychoanalysis. Suffering. New Ethics